

Idéias em debate

O ensino de 1º grau e a Nova República: um alerta

JOSÉ AUGUSTO DIAS

rios. O Relatório de 1977, do Mobral (1), dizia:

"... o Brasil chega ao fim de 1977 com uma taxa de analfabetismo de 14,0%, comparada aos 33,6% de fins de 1970, quando o órgão iniciou suas operações" (p.6).

Mais adiante, acrescentava:

"... no quadro de escolarização da população adulta em 1970, o índice de analfabetismo atinge a 33,6%. Desta forma, a linha de ação adotada pelo Mobral foi a de reduzir significativamente aquele índice em um curto período de tempo — alcançar 90% de alfabetizados em 1980" (p.9).

Bons propósitos e palavras de otimismo não são suficientes para mudar a realidade. Com base em dados do IBGE, podemos traçar o quadro do analfabetismo no Brasil, nos anos de 1970, 1980 e 1985, tal como aparece na Tabela nº 1.

Tabela nº 1
Analfabetismo no Brasil, em 1970, 1980 e 1985

Ano População de Não % de 10 anos e mais Alfabetizados Analf.

IDADE	TOTAL	SEM POPULAÇÃO INSTR. OU MENOS DE 1 ANO		%
		8.384.521	5.779.115	
7 - 9	8.384.521	5.779.115	68,9	
10 - 14	13.549.663	3.462.605	25,6	
7 - 14	21.934.184	9.241.720	42,1	

Fonte: Anuário Estat. do Brasil, F. IBGE, 1987/88

Por estes dados se percebe que a situação em 1970 era ligeiramente melhor que a anunciada pelo Relatório do Mobral (32,9% de analfabetos e não 33,6%). Por outro lado, chegamos a 1980 muito longe de termos atingido a meta de 90% de alfabetizados, já que a taxa de analfabetismo teimou em não se afastar muito dos 30%, permanecendo em 25,5%. Se era essa taxa em 1980, como explicar os 14,0% anunciados pelo Mobral para o ano de 1977?

Em 1985, a situação apresentou relativa melhora, com um índice de 20,2% de analfabetos, mas ainda assim não tivemos alcançado sequer a meta estabelecida para 1980.

No entanto, o Mobral consumia

considerável parcela do orçamento público, bem como contribuições de outras entidades. Segundo uma publicação do próprio Mobral (2), suas fontes de recursos eram múltiplas, a saber: orçamento da União, loteria esportiva, imposto de renda de pessoas jurídicas, Usaid, salário-educação, aplicações em open-market, convênios, superávit do ano precedente, Cruzada ABC e diversos. Vale a pena observar que a referida publicação era distribuída em quatro idiomas: português, inglês, francês e espanhol, numa clara presunção de que, em matéria de combate ao analfabetismo, tinhamos muito a ensinar a outros povos, inclusive os de fala inglesa e francesa.

Tudo estaria muito bem, se o problema se circunscrevesse à circunstancial existência de adultos analfabetos, estando devidamente atendidos os jovens em idade de escolarização obrigatória. Infelizmente, a realidade é bem diferente, conforme dados oriundos do IBGE e mostrados na Tabela nº 2:

Tabela nº 2
População de 7-14 anos e situação quanto a instrução

1980	SEM POPULAÇÃO INSTR. OU MENOS DE 1 ANO			%
	POPULAÇÃO TOTAL	INSTR. OU MENOS DE 1 ANO	%	
7 - 9	8.384.521	5.779.115	68,9	
10 - 14	13.549.663	3.462.605	25,6	
7 - 14	21.934.184	9.241.720	42,1	

Fonte: Anuário Estat. do Brasil — F. IBGE, 1981

Em 1980, mais de 40% das crianças entre 7 e 14 anos de idade permaneciam em estado de analfabetismo, por não terem tido oportunidade de freqüentar escola sequer por um ano completo. Salta aos olhos que é esta crônica falta de oportunidades educacionais para as crianças em idade de escolarização obrigatória a grande fonte geradora de analfabetismo no Brasil. É contraprodutivo querer remendar mais tarde, deixando a descoberto esta falha gritante do sistema escolar. Se nos anos passados tivéssemos intensificado nossos esforços no sentido de garantir escolas para os brasileiros dentro da faixa de idade de freqüência obrigatória — no que estariam simplesmente cumprindo um imperativo

constitucional — as crianças de então seriam hoje adultos alfabetizados, o que dispensaria as campanhas heróicas e dispendiosas, de resultados questionáveis, que ainda estamos empreendendo.

Que temos feito pelo ensino de 1º grau?

Com relação a esta questão, cumprimos, com base em dados divulgados pe-

lo IBGE, fazer uma séria advertência: num período de 3 anos, entre 1983 e 1985, não houve crescimento de matrículas suficiente sequer para acompanhar o crescimento vegetativo da população. De 1984 para 1985, as matrículas no ensino de 1º grau cairam. Estes os fatos revelados pelo IBGE e mostrados na Tabela nº 3

Tabela nº 3
Evolução da matrícula no 1º grau, de 1983 a 1985
por dependência administrativa

DEPENDÊNCIA	1983 Matrícula	1984 Matrícula	1985	
			Nº Ind.	Nº Ind.
ADMINISTRAT.				
Federal	144.624	100	134.796	93
Estadual	13.502.835	100	13.947.550	103
Municipal	7.663.790	100	7.683.234	100
Particular	3.244.540	100	3.022.938	93
BRASIL	24.555.789	100	24.789.318	101

Fonte: Anuário Estat. do Brasil — F. IBGE, 1987/88

quer o ritmo de crescimento da população.

Restaria a esperança de que os governos estaduais garantissem uma reação salvadora. Mas há sinais de alarme também nesta área. Em editorial recente, sob o título de "Reducindo verbas para a educação" (3), o jornal O Estado de S. Paulo tece considerações a respeito da Resolução nº 6.518, do governo de Minas Gerais, que determina o gasto máximo de 25% do orçamento do Estado para o setor da educação. Diz o editorial:

"A Resolução não permite dúvidas, cumprindo rigorosamente o que determina a Constituição — 25% do orçamento para a educação — devolvendo portanto para a obediência constitucional a terra das Gerais, que já estava gastando, para espanto geral, 36% de seus recursos com o setor. O governador Cardoso, sem titubear, sem hesitações, pôs fim a esse 'desperdício', o que significou a economia de pelo menos 300 mil crianças sem vagas, apesar de corretamente matriculadas, nas escolas públicas estaduais".

Levado por justa indignação, o editorialista foi irônico com o governo de

Minas, ao afirmar que este promoveu um retorno à "obediência constitucional", quando reduziu o índice de gastos com educação para 25%. Nem isto o governador mineiro poderia invocar em sua defesa, porque o que a Constituição estabelece é um mínimo e quem ultrapassa o mínimo não comete qualquer desobediência. A propósito, a Resolução em pauta é flagrantemente inconstitucional: transforma em máximo o que a Lei maior exige que seja mínimo.

Seria Minas um caso isolado? Nos tempos difíceis que estamos vivendo, não é impossível que outros Estados estejam trilhando o mesmo triste caminho de reduzir verbas para a educação. Nesta hipótese, estaria caindo o último baluarte.

Resumindo e concluindo, podemos dizer:

1) O analfabetismo no Brasil não decresceu, nos últimos anos, em ritmo proporcional ao volume de verbas gasto em seu combate com as campanhas de educação de adultos.

2) As matrículas no ensino de 1º grau — obrigatório por imperativo constitucional — são insuficientes para atendimento de todas as crianças em idade escolar. Em 1980, havia mais de 9 milhões de crianças de 7 a 14 anos que eram completamente sem instrução ou haviam freqüentado escola por menos de um ano.

3) Entre 1983 e 1985 as matrículas no ensino de 1º grau permaneceram praticamente estacionárias, apesar do crescimento populacional.

Todos estes dados são indicativos de que, se não forem tomadas medidas energéticas no sentido de revigoramento do ensino de 1º grau, o analfabetismo tenderá a crescer nos próximos anos.

Dante deste quadro, é forçoso reconhecer que a situação é altamente preocupante.

Vai aqui nosso brado de alerta.

(1) Mobral, Relatório de 1977.

(2) Mobral, Análise & Informação Documentária, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, set/nov. 1975, p. 40.

(3) O Estado de S. Paulo, 10/03/1989, p. 3.

José Augusto Dias é professor da Faculdade de Educação da USP